



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialização em Direitos Fundamentais

Unidade curricular

Direitos Fundamentais na Jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Fernanda Neves

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecer a arquitetura do sistema de proteção dos direitos do homem pelo TEDH e contextualizar nela a proteção nacional dos direitos fundamentais.

Refletir sobre a função subsidiária do TEDH e sobre o papel do Protocolo n.º 16.

Analisar os problemas da execução das sentenças do TEDH e a reconceptualização ou aperfeiçoamento dos mecanismos que assegurem a eficácia desta execução.

Exercitar a resolução de casos atuais de exercício das liberdades fundamentais no contexto do sistema de proteção do TEDH

Conteúdos programáticos

I - A arquitetura do sistema de proteção dos direitos do homem pelo TEDH

1.1. O diálogo entre os juízes nacionais e o TEDH

1.2. A função subsidiária do TEDH

1.3. A relevância do Protocolo n.º 16 à CEDH no diálogo entre os juízes nacionais e o TEDH

1.4. A jurisprudência do TEDH e o Tribunal Constitucional, os tribunais administrativos e os tribunais judiciais

1.5. A execução das sentenças do TEDH

1.5.1. Os mecanismos de execução

1.5.2. A intervenção do TEDH na fase de pós-julgamento

II - As liberdades fundamentais na jurisprudência do TEDH

2.1. Liberdade e segurança

2.2. Liberdade e tecnologia

2.3. Liberdade e informação

2.4. Liberdade e religião

2.5. Liberdade e direitos sociais

2.6. Liberdade e questões laborais

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos permitem dar cumprimento a todos os objetivos, em função dos quais estão construídos.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O programa permite uma visão aprofundada e integrada dos direitos fundamentais no quadro do sistema de proteção TEDH. Permite, por outro lado, ilustrar e aplicar a articulação que convoca através de questões centrais relativas ao exercício das liberdades fundamentais.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino assenta na articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos.

Convida os estudantes à participação, ao questionamento e à reflexão sobre os temas pelo seu cruzamento em contextos práticos diversos.

Avaliação: exame (90 minutos), que incide sobre os tópicos específicos; trabalho escrito facultativo, sobre um dos temas do programa, segundo a escolha do estudante (média de 15 páginas de texto, excluindo índices, bibliografia e anexos), que, neste caso, pesará 50% na avaliação final. Ponderação específica da participação nas aulas, se assim se justificar: 10%.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O tratamento integrado e reflexivo dos temas permite a apreensão dos diversos conceitos, princípios e regimes, a procura de soluções jurídicas tecnicamente informadas e precisas e, bem assim, a construção de um entendimento crítico e cosmopolita das questões.

A realização optativa de trabalho escrito, a apresentar numa fase intermédia, permite que os estudantes exercitam as qualidades de reflexão e escrita jurídicas e dá aos alunos feedback significativo para a melhoria da aprendizagem.

Bibliografia principal

- AAVV - *Human Rights Law in Europe: the influence, overlaps and contradictions of the EU and the ECHR*, edited by Kanstantsin Dzehtsiarou et al., London, Routledge, 2014;
- AAVV - *Judgements of the European Court of Human Rights: effects and implementation*, eds. Anja Seibert-Fohr et al., Baden Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 2015;
- Kosař, David - “Nudging Domestic Judicial Reforms from Strasbourg: How the European Court of Human Rights shapes domestic judicial design”, *Utrecht Law Review*, 2017, Vol. 13, No. 1, pp. 112-123;
- Barreto, Ireneu Cabral - *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem: anotada*, Almedina, 2015, 5.ª edição, Coimbra, Almedina;
- Keller, Helen e Marti, Cedric - “Reconceptualizing Implementation: The Judicialization of the Execution of the European Court of Human Rights’ Judgments”, *European Journal International Law*, 2015, Volume 26, issue 4, pp. 829-850;
- Glas, Lize - “Dialogue in the European Convention on Human Rights System: inspiration, added-value and means”, *Journal européen des droits de l’homme*, n.º 2014, n.º 3, pp. 247-277.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course Master's Degree in Law and Legal Practice
Specialization in Fundamental Rights

Curricular unit

Fundamental Rights in the Jurisdiction of the European Court of Human Rights



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Ana Fernanda F. P. Neves

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Not applicable

Learning outcomes of the curricular unit

To know the architecture of the system of protection of human rights by the ECtHR and to contextualize in it the national protection of fundamental rights.

Reflect on the subsidiary function of the ECtHR and on the role of Protocol No. 16.

Analyse the problems of implementing of ECHR judgments and the reconceptualization or the improvement of mechanisms to ensure the effectiveness of this implementation.

Exercise the resolution of current cases on fundamental freedoms in the context of the ECHR protection system

Syllabus

I - The architecture of the system of protection of human rights by the ECtHR

1.1. The dialogue between the national judges and the ECtHR

1.2. The subsidiary function of the ECtHR

1.3. The relevance of Protocol No 16 to the ECHR in the dialogue between the national judges and the ECtHR

1.4. The case-law of the ECtHR and the Constitutional Court, the administrative courts and the judicial courts

1.5. The execution of ECHR judgments

1.5.1. The implementing mechanisms

1.5.2. The intervention of the ECtHR in the post-trial phase

II - The fundamental freedoms in the jurisprudence of the ECtHR

2.1. Freedom and security

2.2. Freedom and technology

2.3. Freedom and Information

2.4. Freedom and religion

2.5. Freedom and social rights

2.6. Freedom and labour issues

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The program contents allow to fulfil all the objectives, according to which they were built.

It allows an in-depth and integrated view of fundamental rights within the framework of the ECHR protection system. On the other hand, it allows to interrelate the national and the European system through central questions related to fundamental freedoms.

Teaching methodologies (including evaluation)

The teaching is based on the articulation between the dogmatic analysis and the case studies.

It invites students to participate, question and reflect on the themes by crossing them in different practical contexts.

Evaluation through exam (90m, about specific topics), although students may submit a written essay on one of the topics of their choice within the syllabus (15 pages of text, excluding indexes, bibliography and appendices) and, in this case, weighting 50% of the final grade. Specific weight of the participation in the classes, if justified: 10%.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The integrated and reflexive treatment of the themes allows the apprehension of concepts, principles and regimes, the search for technically informed answers, as well as the construction of a critical and cosmopolitan understanding of the issues.

The achievement of a written work, to be presented at an intermediate stage, allows students to exercise the qualities of legal reflection and writing and gives students significant feedback for improvement.

Main Bibliography

- AAVV - *Human Rights Law in Europe: the influence, overlaps and contradictions of the EU and the ECHR*, edited by Kanstantsin Dzehtsiarou et al., London, Routledge, 2014;
- AAVV - *Judgements of the European Court of Human Rights: effects and implementation*, eds. Anja Seibert-Fohr et al., Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 2015;
- Kosař, David - “Nudging Domestic Judicial Reforms from Strasbourg: How the European Court of Human Rights shapes domestic judicial design”, *Utrecht Law Review*, 2017, Vol. 13, No. 1, pp. 112-123;
- Barreto, Ireneu Cabral - *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem: anotada*, Almedina, 2015, 5.ª edição, Coimbra, Almedina;
- Keller, Helen e Marti, Cedric - “Reconceptualizing Implementation: The Judicialization of the Execution of the European Court of Human Rights’ Judgments”, *European Journal International Law*, 2015, Volume 26, issue 4, pp. 829-850;
- Glas, Lize - “Dialogue in the European Convention on Human Rights System: inspiration, added-value and means”, *Journal européen des droits de l’homme*, n.º 2014, n.º 3, pp. 247-277

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.